

EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INOVADORA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DO PECEB

Graziela Fatima Giacomazzo¹

Lucas Félix do Nascimento²

RESUMO

Este artigo apresenta as problematizações decorrentes de uma pesquisa que buscou identificar e analisar experiências pedagógicas inovadoras no contexto da educação básica no Brasil. Para tanto, identificou entre as ações do governo federal, especificamente do Ministério da Educação, o Programa de Estímulo a Criatividade e Inovação na Educação Básica (PECEB). Este programa certificou 178 escolas e instituições de educação conferindo o título de inovadoras e criativas. Centra-se a análise no conceito de inovação tendo como recurso metodológico a pesquisa exploratória em projetos classificados como inovadores em três escolas do estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Experiência Pedagógica – Inovação - Educação Básica.

INNOVATIVE PEDAGOGICAL EXPERIENCE IN THE CONTEXT OF BASIC EDUCATION IN BRAZIL: IDENTIFICATION AND ANALYSIS BASED ON THE PECEB

ABSTRACT

This article presents the problematizations arising from a research that sought to identify and analyze innovative pedagogical experiences in the context of basic education in Brazil. To this end, it identified among the actions of the federal government, specifically the Ministry of Education, the Program to Stimulate Creativity and Innovation in Basic Education (PECEB). This program certified 178 schools and educational institutions with the title of innovative and creative. The analysis focuses on the concept of innovation, having as a methodological resource the exploratory research in projects classified as innovative in three schools in the state of Santa Catarina.

Keywords: Pedagogical Experience – Innovation - Basic education.

INTRODUÇÃO

¹ Professora doutora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. <http://orcid.org/0000-0001-7232-8492>

² Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. <https://orcid.org/0000-0002-0979-9539>

Considerando que as inovações na Educação se iniciam em oposição ao ensino vigente, ou seja, na tentativa de produzir rupturas com a forma denominada tradicional de ensinar e aprender (CUNHA, 2008), as chamadas inovações educacionais geradas a partir do Século XX, preconizam mudanças especialmente quanto aos métodos de ensino. Entretanto verifica-se que as finalidades da Educação permanecem inalteradas (GARCIA, 1980), ou seja, as mudanças defendidas e ocorridas nas escolas ainda não alteram os objetivos anteriores à inovação. Tal dualidade nos faz compreender que a inovação na Educação possui diversos objetivos, meios e fins. Desta forma, optou-se em designar para identificação, problematização e análise a inovação nas perspectivas desenvolvimentista voltada para o mercado de trabalho e a inovação transformadora para a formação humana.

A partir destas duas perspectivas, a inovação na Educação pode almejar o desenvolvimento qualitativo de formação humana, devido aos processos históricos sociais e culturais, ou a manutenção de práticas que valorizam o conhecimento reprodutivo, mercantilizado, focado no capital. Das escolas inovadoras possíveis para serem fonte de pesquisa, optou-se por àquelas que inseridas no contexto público da Educação Básica no Brasil, se destacaram pelo reconhecimento junto ao Ministério da Educação que, em 2015, conferiu título de inovadoras e criativas a 178 escolas e instituições, pelo Programa de Estímulo à Criatividade e Inovação na Educação Básica (PECEB), portanto legitimadas oficialmente. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa exploratória, acessando documentos publicados pelo programa e entrevista com os responsáveis por inscrever as escolas no processo seletivo do PECEB, sendo realizada em três escolas premiadas do estado de Santa Catarina localizadas nas cidades de São João do Sul, Joinville e Blumenau.

A partir desta introdução, o artigo apresenta o conceito de inovação desenvolvimentista voltada para o mercado de trabalho e a inovação transformadora para a formação humana. Verifica-se que o conceito de inovação necessita ser contextualizado e localizado historicamente, os autores com maior relevância no debate são Garcia (1980), Nogaro e Battestin (2016), Wanderley (1980) e Freitas (2016) que contribuem para discutir a inovação desenvolvimentista e Freire (2000), Saviani (1980), Hernandez e Sancho (2000), Ferretti (1980) e Pereira (2017), para discutir a inovação

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 e formação humana. Posteriormente tem-se uma análise da investigação realizada nas escolas expondo-se os contrapontos e questionamentos a respeito do Programa do MEC e da inovação na Educação Básica. Finaliza-se com a conclusão possível sobre as experiências pedagógicas inovadoras apresentadas.

INOVAÇÃO: CONCEITUAÇÕES E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A inovação pode ter diferentes significados de acordo com a perspectiva teórica proposta, considerando que o verbo inovar assume valores e conceitos, diretamente relacionados ao novo, a introdução de mudanças que possam impactar processos nas diferentes áreas de atuação e desenvolvimento. No contexto educacional, discutir o conceito de inovação, demanda situá-lo historicamente bem como assumir perspectivas teóricas.

Historicamente, pode-se verificar que a estrutura escolar, o currículo escolar, a didática e outros aspectos inseridos no contexto educacional tentam acompanhar os avanços sociais, econômicos e tecnológicos. Esse debate está presente atualmente, por exemplo, nas preocupações com a evasão de alunos do Ensino Médio, nas incertezas do mercado de trabalho futuro, na valorização do empreendedorismo, nas políticas públicas, documentos e pareceres voltados para a inovação na Educação.

Inovação pode implicar alterações da prática pedagógica de maneira intencional, planejada e não espontânea. Pode apresentar diferentes significados, dependendo do contexto em que se desenvolve, por vezes, diretrizes e parâmetros curriculares na esfera macro induz a inúmeras inovações em nível local, mas que perdem o sentido de compartilhamento por não considerarem os diferentes contextos educacionais. É possível compreender que inovação, nesse sentido, não é algo que vem de fora para dentro, não é algo do âmbito da incorporação externa por meio de uma orientação e ou determinação legal.

Inovação pode aproximar-se de reforma, renovação, novidade, ou mudança, mas Cardoso (1997) ressalta o cuidado que se deve ter com o uso do termo inovação como sinônimo de mudança, ou de renovação, ou de reforma. Para a autora, inovação somente pode ser considerada mudança quando apresentar caráter intencional, deliberadamente planejada visando alterar a ação educativa, não podendo ser uma

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
renovação, já que se subentende inovação como algo inédito. Para Cardoso (1997), inovação também compreende necessariamente a introdução de uma novidade num sistema educativo que promova uma real mudança resultante do esforço deliberado e conscientemente assumido, fruto de uma ação persistente e integrada num processo dinâmico, que objetive uma melhoria pedagógica.

O autor Veiga (2003) discutiu o significado de inovação sob duas probabilidades: como uma ação de regulação e como uma ação de emancipação. A inovação enquanto ação de regulação dispõe de um caráter normativo e autoritário, reside dentro de uma lógica cognitiva-instrumental e se atenta em padronizar e controlar burocraticamente os mecanismos inovadores. Trata-se de diretrizes, formulários, fichas, parâmetros, critérios etc., proposto em nível nacional. Já a inovação como ação de emancipação é idealizada como uma ação que excede as questões puramente técnicas, que conta com uma maior articulação com os saberes locais. Na definição de Veiga (2003), falar sobre inovação somente tem sentido se a preocupação básica for melhorar a qualidade da Educação para a formação e autonomia intelectual.

Em decorrência dos conceitos apresentados, é possível inferir que a inovação na Educação é um movimento que articula ações de diferentes atores, em diferentes contextos em um determinado momento histórico, com diferentes intencionalidades. A diferença entre movimento e inovação, segundo Messina (2001) reside no campo do conhecimento, que na primeira teria figurado, inicialmente, como um tema da Filosofia e depois das ciências naturais e sociais, enquanto na segunda se revitalizou nas últimas décadas nos estudos da administração. Essa contextualização do conceito de inovação, nos remete a analisá-la sob duas óticas: a da inovação desenvolvimentista voltada para o mercado de trabalho, utilizando o discurso de inovação para a promoção econômica de determinadas escolas ou obrigações institucionais; e inovação da educação preocupada com a formação humana dos alunos.

INOVAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA PARA O MERCADO DE TRABALHO

A ideia de inovação se originou no contexto mercadológico, portanto na empresa, como melhorias ao aumento da produção e do capital (NOGARO e BATTESTIN, 2016). Os autores partem do conceito de inovação de Adam Smith no Século XVIII, quando

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 analisou a relação entre a mudança técnica moderna e o acúmulo de capital, ocasionando uma nova estrutura de trabalho e a competição. Sob essa ótica, a inovação consistiu em um diferente método de produção, abrindo espaço para o novo. Os autores concluem que, dessa maneira, há, na inovação, maior propensão de assumi-la ou identificá-la como técnica, fundamentando assim a perspectiva da inovação desenvolvimentista para o mercado de trabalho.

Há um consenso generalizado na definição de inovação, segundo Wanderley (1980), como um dos processos de mudança social. O autor assinala duas abordagens principais que auxiliam o entendimento da inovação na Educação: uma atrelada aos marcos teóricos da modernização e mudança social; e outra vinculada aos marcos teóricos da fundamentação marxista ou socialista. A primeira abordagem se sustenta na dicotomia estabelecida entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna, cada qual com componentes típicos. A mudança global seria a transição do tradicional para o moderno por meio de um processo acumulativo de mudança estrutural que abrange o desenvolvimento econômico, a modernização social e a modernização política. Todavia esse processo não é instantâneo, as transições apresentadas não ocorrem ao mesmo momento. Assim, uma sociedade pode estar numa etapa industrial moderna, com um sistema econômico avançado e, concomitantemente, pode apresentar um sistema educacional atrasado, representativo da etapa tradicional e que necessita ser modernizado (WANDERLEY, 1980).

Antagonicamente, a análise da relação entre a Educação e a mudança social sob os marcos marxistas e socialistas têm como fator determinante para a compreensão da realidade o modo de produção, numa determinada formação social. Em cada período histórico, dá-se um desenvolvimento das forças produtivas materiais que, em certos estágios desse desenvolvimento, entram em conflito com as relações de produção vigentes, possibilitando grandes transformações sociais (WANDERLEY, 1980). Logo a mudança social desejada ocorreria na transição de um modo de produção a outro a partir das condições concretas nos âmbitos social, econômico, político e ideológico em cada formação social. Nesse cenário, discute-se a atribuição do Estado na dinâmica capitalista e a formação do trabalhador que poderia ser protagonista de uma real transformação social, porém freado dentro do mesmo sistema de submissão, na busca pela autopromoção, a utopia criada para a elevação de nível social.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Bauman (2001) apresenta como metáfora o termo modernidade “líquida” que serve para ilustrar as mudanças nesse cenário: facilmente adaptáveis, fáceis de serem moldadas e capazes de manter suas propriedades originais. As formas de vida moderna, segundo ele, se assemelham pela vulnerabilidade de fluidez, incapaz de manter a identidade por muito tempo, o que reforça esse estado temporário das relações sociais. Há cem anos, ser moderno significava buscar um ponto de perfeição e, hoje, representa o progresso constante, sem resultado final único prestes a ser conquistado.

A inovação, nesse diálogo racional, atende a uma suposta fuga para algo que é considerado como uma existência dita superior, assim como atende também ao apelo da recuperação do caráter espontâneo da vida e superação de um estado ultrapassado, adquire força e encontra guarida na divisão do trabalho, sobretudo na escola. Entendida como um processo de mudança social, a inovação alcança um tratamento sistemático nas proposições teóricas de modernização. Nesse sentido, relaciona-se a um conhecimento novo, porém não necessita ser inédito, bastando que seja percebido como novo pelo indivíduo em um determinado contexto.

Teixeira (2010) considera inovação educacional como a criação de respostas novas aos desafios oriundos das necessidades de adequar os sistemas educativos à sociedade da informação e do conhecimento, a partir da análise e reflexão envolvidas no processo e nas esferas administrativas e pedagógicas dos diferentes níveis e modalidades de ensino, verificando ativamente as efetivas contribuições que tais inovações podem oferecer para enfrentar os desafios e produzir as respostas esperadas. Porém adequar a escola à sociedade moderna é compreender a instituição de ensino como algo à parte, fora do atual contexto, o que acarreta numa busca incansável, em que a escola possa estar sempre um passo atrás do cenário social.

Em se tratando da ideia de inovação, enquanto engrenagem do atual modelo econômico, remete-se à Educação na perspectiva de manutenção do sistema produtivo e de um discurso para que os processos de inovação ocorram em todos os setores que movimentam a economia, para que o sistema produtivo continue dinâmico e progressivo. Nesse contexto, não somente a Educação, mas, principalmente, o professor exerce um papel determinante na formação para o mercado de trabalho, principalmente na disseminação dos conceitos e práticas que fundamentam o

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para o fortalecimento da inovação. Para tanto, o discurso que se coloca no setor da Educação é que o professor precisa inovar-se, e assim, a inovação, a partir de seus princípios econômicos, torna-se essencial para uma Educação conforme se impõe no sistema capitalista. Todavia, o setor educativo deve ser devidamente capacitado, habilitado e, por que não dizer, programado para cumprir tal finalidade.

Completa-se a discussão com as contribuições de Freitas (2016) que alerta para os atuais modelos educacionais e dos profissionais da Educação que atuam ainda sob influências da ciência positivista, sem negar ou questionar a efetividade desse modelo para a prática pedagógica atual. “Todos os esforços para a melhoria da educação institucional são necessários diante dos desafios e dos problemas urgentes enfrentados, no entanto, serão pouco aproveitados ou mesmo esquecidos se não abandonarem o ideal reformista e conciliatório com o capital” (FREITAS, 2016, p. 115).

Garcia (1980) destaca também a não neutralidade do conceito de inovação e aponta que pode trazer em si valores positivistas de progresso e desenvolvimento. O autor assinala que inovação não é solução mágica que possa ser aplicada para resolver os problemas da Educação. Para o mesmo autor, muitas propagandas de inovação podem provocar até mesmo retrocesso e prejuízo à qualidade dos sistemas educacionais, assim, alertando que inovação na Educação deve ser acompanhada de problematizações como: a quem interessa; por quem foi proposta ou implementada e a quem poderá beneficiar. Isso significa abordar aspectos intrínsecos e extrínsecos da inovação.

Para muitos, inovação pode desencadear agregações com mudança, novidade, modernização, novos procedimentos, aperfeiçoamento técnico ou tecnológico, dentre outros. Em decorrência, veremos que a interpretação da inovação não é a mesma para quem a promove, para quem a põe em exercício ou para quem recebe sua ação.

INOVAÇÃO TRANSFORMADORA PARA A FORMAÇÃO HUMANA

O conceito de inovação educacional ou inovação pedagógica, segundo Garcia (1980), abrange dimensões filosóficas, sociológicas, pedagógicas e metodológicas. Dessa forma, no âmbito filosófico, é observável o predomínio das concepções

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
humanistas de Educação. A compreensão de inovação, para Saviani (1991), depende das diferentes concepções de Filosofia da Educação. De acordo com a concepção “humanista” tradicional, a inovação será um modo acidental, com modificações superficiais que jamais afetam a essência, as finalidades e métodos preconizados em Educação. Na concepção “humanista” moderna, opõem-se veemente aos métodos de ensino tradicional e centralizam-se suas propostas na atividade e na vida do educando. Nesse sentido, inovar na Educação seria essencialmente modificar os métodos e as formas de educar (SNYDERS, 1974 apud PEREIRA, 2017).

Na concepção filosófica analítica, a Educação é influenciada pelos estudos de análise da linguagem educacional, tendo ênfase no processo de comunicação na Educação, a inovação decorre da análise do contexto (linguístico) em que é utilizada e seu significado decorre do uso que dela se faz. Já na concepção filosófica dialética, o homem é compreendido como um conjunto das relações sociais, a Educação deve colocar-se a serviço da nova formação social em gestação no interior da formação dominante e a inovação apresenta caráter revolucionário que abrange não somente o que se opõe ao tradicional, mas o que se coloca a serviço das forças emergentes da sociedade (SAVIANI, 1991).

Segundo Hernandez e Sancho (2000) um sistema educacional inovador, é aquele no qual existem canais de comunicação entre o planejador e os que realizarão a inovação, todos os grupos relacionados com a inovação estão vinculados a ela; o sentido da inovação é claro para todos os grupos envolvidos e os conflitos são interpretados como sinônimo de que a inovação é necessária. Ferretti (1980) relembra que a Educação experimentou uma série de transformações, ou, como o autor salienta, desenvolvimentos que têm atingido desde macrossistemas, no caso dos sistemas escolares, até microssistemas, como no caso das salas de aula. Essas transformações podem ser resultado de ações planejadas ou decorrência de modismos. A primeira surge como alternativa de respostas a problemas e necessidades enfrentados por um dado sistema; a segunda constituída pela adoção mais ou menos “cega” de procedimentos considerados inovadores.

No Brasil, as inovações que foram observadas na Educação são expostas por Ferretti (1980), que as examina e faz compreender seus objetivos para o desenvolvimento humano, porém, é difícil separar as inovações voltadas para a

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
formação humana do indivíduo, sem observar fins intrínsecos econômicos, desenvolvimentistas. São elas: inovações na organização curricular; inovações nos métodos e nas técnicas de ensino; inovações nos materiais instrucionais e tecnologia educacional; inovações na relação professor-aluno; inovações na avaliação educacional. O autor ainda aponta que há uma desconexão entre a proposta de inovação e a efetivação de sua prática.

Inovar, do ponto de vista da organização curricular, busca problematizar a estruturação curricular que promova a integração de conteúdos e objetivos de diferentes disciplinas, a interdisciplinaridade. Algumas inovações se apresentam no tipo de conteúdo a ser abordado, em vez de serem determinadas pela organização dos campos do conhecimento humano, propõe que sejam determinados pelos fenômenos sociais ou pelo interesse e necessidade que o aluno define. A participação ativa do aluno em colaboração com o professor no planejamento e realização das atividades também se apresenta como inovação curricular. Tais inovações exibem um contraponto ao modelo curricular tradicional, no qual a ênfase era o desenvolvimento intelectual e passou a ser acrescentado o desenvolvimento físico e socioemocional (FERRETTI, 1980). Não podemos nos esquecer de que o currículo não é imparcial e, na seleção de seus conteúdos, projetos interdisciplinares e metodologias de ensino envolvem interesses econômicos e sociais. O currículo apresenta conflitos, contrassensos e resistências. Ele propaga uma cultura emergente, ou seja, sofre influência local, da classe econômica dos alunos e dos funcionários da escola.

Inovar, do ponto de vista dos métodos e técnicas de ensino, constitui a dimensão pedagógica mais afetada nas tentativas de mudança educacional, sendo que o professor tem mais controle, podendo ter mais condição de atuar, porém, sua interferência é limitada no domínio da sala de aula, ao material utilizado, às técnicas de avaliação e às relações professor-aluno. Essa inovação acaba sendo um instrumento para o professor introduzir, na realidade em que está inserido, modificações que considera pertinente, já que é um elemento concretamente manipulável. Em termos metodológicos, o significado de inovar é estruturar métodos de ensino que levem o aluno a utilizar habilidades intelectuais, a exercitar o pensamento reflexivo na solução de problemas e tomada de decisões. Aparece, nesse momento, a possibilidade de o aluno se envolver nos estudos de forma cooperativa, a valorização do trabalho em

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 grupo, por meio do qual se estimula a participação em diferentes níveis (intelectuais, afetivos, emocionais, físicos e sociais) e a expressarem criatividade em cada um deles (FERRETTI, 1980).

Para Ferretti (1980), inovar nos materiais instrucionais e nas tecnologias educacionais aborda a manutenção de recursos utilizados tanto por alunos quanto por professores, sejam tais recursos lápis e papel, giz ou quadro digital, livros ou apostilas. Tal modificação tem o objetivo de tornar mais significativa a aprendizagem de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades necessárias para o mundo atual.

Inovar, na relação professor-aluno, em decorrência das novas formas de organização curricular e de novos métodos de ensino anteriormente apresentados, é necessário, visto que o professor e o aluno passaram a manter relações diferentes. Em vez da posição de mando, de domínio, de detentor do conhecimento, encarnada pelo professor, e da posição de submissão e passividade esperada do aluno, as inovações curriculares e metodológicas requerem uma nova ordem dessa relação. Do professor, espera-se a disposição de um otimizador de aprendizagem, mais do que um transmissor de informações. Do aluno, requer-se que abandone o papel de passividade em sua educação e passe a questionar, investigar, descobrir. A inovação nessa relação professor-aluno, portanto, espera a disposição intencional do professor para manter com o aluno um contato que se caracteriza pela cooperação, pelo estímulo das capacidades, pelos desafios à participação e pela atenção individualizada (FERRETTI, 1980).

Inovar, na avaliação educacional, é estender-se também à avaliação de atitudes, de habilidades específicas e de capacidades para desenvolver relações sociais satisfatórias, o que representa uma preocupação em avaliar o aluno como um todo, incluindo, por exemplo, seu contexto social. Tal procedimento ocorre como nas outras inovações: o aluno é solicitado a participar mais efetivamente no processo; na avaliação não seria diferente, surgindo a autoavaliação. Inovar, portanto, sob esse aspecto, significa obter continuamente uma coleta de dados, diversificar dimensões a serem avaliadas, bem como instrumentos e técnicas a serem empregados, privilegiar a verificação do domínio de habilidades necessárias à realização de atividades complexas (FERRETTI,1980).

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Para citar outras contribuições sobre a inovação na Educação em relação à metodologia de ensino, que não será aprofundada na pesquisa, são apresentadas como inter-poli-transdisciplinaridade (MORIN, 2006) as tentativas de superar a fragmentação do conhecimento, a divisão e a especialização do trabalho junto à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Para Morin (2006), uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias, porém, não basta estar por dentro de uma disciplina para conhecer todos os problemas referentes a ela.

Frigotto (1995), ao discutir a interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais, direciona a um pensamento crítico, no qual a análise realizada é um esforço para compreender o homem enquanto ser social, sujeito e objeto das influências sociais e tal consideração leva a entender a problemática levantada para a interdisciplinaridade, que, assim como as ciências sociais, herdaram concepções empíricas, estruturalistas, positivistas, perpetuando um sistema de classes.

Assim como outros temas que emergem das possibilidades da inovação educativa, a interdisciplinaridade, conforme apresentada por Thiesen (2008), precisa ser compreendida não apenas de maneira metodológica. Há necessidade de um aprofundamento epistemológico e pedagógico, que, por sua vez, produz uma compreensão para além de fins mercadológicos, econômicos; esse é o tema sobre o qual o autor discorre em sua produção.

O artigo de Thiesen (2008) acaba sendo um posicionamento crítico ao modelo positivista das ciências, ao neoliberalismo – abordado também por Frigotto (1995) –, que ramifica diversas áreas do conhecimento, parcela-as, hierarquiza-as, fragmenta-as, cujas raízes estão no empirismo, no naturalismo e no mecanicismo científico do início da modernidade.

Pereira (2013) se propôs a realizar um estudo para compreender o que discursos, registros e práticas se aproximam ou se distanciam da inovação, da interdisciplinaridade. Um estudo etnográfico realizado em uma escola pública do Rio Grande do Sul apresentou resultados práticos das denúncias teóricas feitas por Thiesen (2008) e por Frigotto (1995), por exemplo: interdisciplinaridade como princípio inovador,

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
visando superar a fragmentação, mas sem compreender o que significa; ou integrar e cooperar como metodologia de ensino.

Tanto Frigotto (1995) quanto Thiesen (2008) trazem considerações relevantes, críticas e de muito valor reflexivo para as perspectivas que atualmente surgem nesse contexto de inovação educacional. Foi acrescida a compreensão para além do metodológico que a interdisciplinaridade oferece: uma análise mais epistemológica, dialética, dando mais razão para continuar lutando pela qualidade da Educação.

A inovação na Educação Básica, como mudança, implica desnaturalizar ou distanciar-se do comum, do que se constituiu que, segundo Messina (2001), é tão estruturante quanto estruturado. Mudar altera normas, regime ou o modo como organizamos a vida, e não há mudança sem uma estranheza inicial, sem desafios a serem superados. Não é fácil, por exemplo, mudar a prática pedagógica de um professor que está há anos em sala de aula e/ou mudar uma estrutura que, precariamente, recebe recursos para manter o básico.

Não se pode inovar sem pensar no futuro, no que pode vir a ser, no que ainda não é, mas possui potencial para tornar-se. “Essa capacidade de vir a ser algo que ainda não é ou de fazer algo que difere do que é feito agora, está na essência do aprender do ser humano, como construtor de si mesmo” (NOGARO; BASTTESTIN, 2016, p. 364).

Essa mudança que Freire (2000) aponta como luta para a não desistência, para a não acomodação, na escola, nas práticas pedagógicas, nos sistemas educacionais, deve ir para uma formação acadêmica além do mercado de trabalho, pensada também como outras possibilidades de organização, em que as ações ocorram certamente por todos os atores escolares, não apenas realizando, mas pensando, discutindo, propondo, sem deixar de lado o conhecimento científico mais atual que a humanidade já produziu, dispondo um indivíduo responsável para viver e conviver numa sociedade pluralista e humana.

PROGRAMA DE ESTÍMULO À CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA INOVAÇÃO



Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

O Programa de Estímulo à Criatividade e Inovação na Educação Básica foi instituído pelo Ministério da Educação no ano de 2015, sendo regulamentado por Portarias e Boletins de serviços visando à divulgação do trabalho desenvolvido pela iniciativa, bem como a sua regulamentação. Foi desenvolvida a plataforma virtual Inovação e Criatividade na Educação Básica pelo Ministério da Educação (MEC). No texto encontrado na página virtual do Programa, os sentidos estabelecidos para determinar a inovação e a criatividade na Educação Básica possuem as seguintes premissas:

- A. Os sujeitos da criação são os educadores e suas organizações; o MEC atuará para estimular e fortalecer estes sujeitos.
- B. A educação não se restringe à escola e a inovação não é necessária apenas na escola pública, por isso esta iniciativa valorizará as organizações escolares públicas e privadas e as organizações voltadas para a educação não-formal.
- C. A elaboração desta política será feita com base em constante debate democrático envolvendo todos os grupos sociais afetados por ela.
- D. O desenvolvimento desta política se baseará em estratégias de avaliação e monitoramento, cujos resultados serão debatidos em todos os níveis – das organizações educativas às instâncias governamentais, garantindo-se a transparência de todo o processo (BRASIL, 2015b).

O processo de seleção de tais instituições foi estabelecido por meio de uma chamada pública, por critérios do que seria considerado inovador nas cinco dimensões já expostas: gestão, currículo, ambiente, métodos e articulação com outros agentes. Foram selecionadas 178 instituições, das 683 inscritas. Em Santa Catarina, cinco instituições foram selecionadas, sendo que a partir das possibilidades efetivas de pesquisa em instituições de ensino regular, foi possível chegar nas três instituições analisadas.

No intuito de responder às perspectivas teóricas que sustentam o conceito de inovação e para qual formação dos estudantes essa inovação se reflete, buscou-se também problematizar a proposta do PECEB. Constatou-se que nenhum projeto inovador premiado foi criado apenas para o PECEB em 2015. As três instituições já trabalhavam com projetos inovadores, com metodologias diferenciadas, conteúdos e currículo para além do atribuído, gestão democrática e parcerias intersetoriais, independentes do Programa do MEC. Há um caminho sendo seguido pelas instituições que convergem com os objetivos estipulados pelo PECEB em 2015, o que de fato

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
certifica as escolas como inovadoras e criativas. Porém o que se pode questionar é a falta de uma perspectiva teórica das próprias escolas ao se considerar a inovação.

Nenhuma das três escolas apresentou em seu documento um conceito definido sobre inovação na Educação. O Projeto Político Pedagógico de uma instituição é necessário para nortear as ações pedagógicas dos professores e da escola, por isso é de extrema importância, também pelo compromisso firmado das relações e interesses da instituição que o rege. A necessidade de ser discutido e reavaliado durante o percurso não o exime de existir, de ser exposto e, principalmente, de ser atualizado conforme as perspectivas das instituições. Afinal, se as escolas já estão desenvolvendo projetos inovadores, se há mudanças metodológicas e curriculares há alguns anos, por que não há uma definição dessa prática? Se as intenções da escola envolvem a inovação na Educação, seja ela preocupada com a sustentabilidade, com elementos culturais, com tecnologia, ou com novas metodologias de ensino e gestão, deve ser clara a intencionalidade que se dá no processo, seja ela de finalidade cultural, política ou social, de formação profissional e/ou humana, ou seja, a concepção de homem, mundo e sociedade que a escola tem e para qual dessas visões de mundo a escola quer formar.

Outra indagação é a respeito da avaliação das instituições após serem concedidos os títulos de inovadoras e criativas. As três escolas apresentaram que o processo foi rápido, apesar da burocracia de documentos a serem preenchidos e vídeos a serem enviados. As três escolas, ainda, apresentam que após o contato telefônico concluindo e premiando a instituição, nada foi realizado pelos GTs (grupos de trabalho), o que deveria ser feito, visto os documentos oficiais quanto às suas atribuições. Segundo os entrevistados, em nenhum momento foi monitorado o desenvolvimento da iniciativa para a inovação e criatividade, em nenhum momento foram ratificados documentos de referência sobre a inovação e a criatividade na Educação Básica, em nenhum momento os Grupos de Trabalho regionais acompanharam o desenvolvimento das organizações reconhecidas pelo MEC, apoiando-as e/ou envolvendo-se significativamente com as escolas. Diante do exposto, fica a pergunta: quais os fatores dessa descontinuidade e abandono do projeto federal? Qual seria a necessidade desse Grupo e dessas portarias?



Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

Tem-se que a avaliação dos projetos não foi realizada, não sendo possível a criação de uma rede de escolas inovadoras e criativas para mobilizar outras instituições e expandir projetos, ideias ou até mesmo gerar engajamento. Também é necessário considerar que uma avaliação realizada por quem não está diretamente ligado à execução do projeto, como, por exemplo, os grupos de trabalho instituídos pelo PECEB, poderia contribuir positivamente nas análises e colaborar para os avanços dessas práticas.

Cabe referência à preocupação em manter a equipe de profissionais das instituições em constante formação. As três escolas expuseram a formação continuada como ferramenta para o avanço nas modificações das práticas pedagógicas existentes, seja para conhecer mais a realidade da comunidade, compreender conceitos de ecoformação, sustentabilidade, ou até mesmo para saber utilizar novas ferramentas tecnológicas para facilitar o acesso aos conteúdos e avaliações. Os relatos são de que grande parte dos professores estão dispostos a assumir o papel também de aprendiz e de se reinventar, de se formar.

A inovação defendida como um movimento para superar práticas pedagógicas ultrapassadas também é apresentada pelas instituições. A ideia de que as inovações emergentes são necessárias e se contrapõem ao ensino tradicional estavam presentes nos discursos dos entrevistados. Resgata-se também a compreensão apresentada por Saviani (1980) no que diz respeito à inovação na Educação que depende das diferentes concepções da Filosofia da Educação, em que, na concepção filosófica dialética, o homem é compreendido como conjunto das relações sociais e a Educação deve se colocar a serviço da nova formação social que abrange não somente o que se opõe ao tradicional, mas o que se coloca a serviço das forças emergentes da sociedade. A inovação na Educação voltada para a formação humana se apresenta como contraponto do ensino tradicional, levando em consideração uma abordagem mais dialética, uma visão geral do educando que não é sujeito passivo na relação ensino-aprendizagem e a escola é a organização que pode exercer o papel de superação da submissão social.

Conclusão

O Programa do Governo que ocorreu em 2015 e que, pela pesquisa, também se encerrou no mesmo ano, não interferiu nos projetos das escolas que continuam no trabalho pela inovação na Educação até hoje. É possível concluir que nenhuma instituição elaborou um plano a fim de participar exclusivamente do PECEB do MEC e ganhar o título de inovadora e criativa. A busca constante pelas mudanças, pelo conhecimento que a humanidade produz, pensando no público para o qual suas ações serão diretamente exercidas, se mantém. Na visão dos pesquisados, o que se pode afirmar é que a inovação se realiza na ação coletiva e colaborativa dos envolvidos, com forte interlocução entre a escola e outros espaços sociais, com continuidade e comprometimento dos projetos. Contudo, é necessário problematizar essas iniciativas, a fim de qualificar e tornar compreensível e visível para todos a partir de qual perspectiva teórica e conceitual a inovação se apresenta nos currículos escolares. Essa necessidade garantiria respostas objetivas, como: Inovar para que, para quem e como? De toda forma, nas condições em que cada escola se encontra, desenvolveram-se ações por meio de projetos que alteraram os processos de ensino e de aprendizagem, agregando conhecimento aos seus alunos.

As três instituições apresentam, com fator de qualidade, maior presença efetiva dos alunos na escola, declaram que as inovações ocorridas fizeram com que a frequência e a quantidade de matrículas de alunos aumentassem. Nota-se que, mesmo que o educando busque a escola para se formar e conseguir um trabalho, seja qual for o emprego e a hierarquia em que ele esteja no mercado, ou até mesmo porque na escola o aluno em tempo integral tem mais refeições do que se estivesse em casa, ele estará na escola e, nas escolas visitadas, pelos relatos, sentem-se parte do processo. É ali que se tem a oportunidade para uma formação humana. É ali que se pode formar um cidadão crítico, com opinião própria, melhorar o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social. Se as estratégias inovadoras aumentam a participação e a presença dos alunos, a escola tão idealizada para a formação humana caminha para cumprir sua função social.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Mapa da inovação. Brasília, DF: MEC, 2015b. Disponível em: <http://criatividade.mec.gov.br/> Acesso em: 20 ago. 2018.

BAUMANN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, A. Educação e inovação. Revista Millenium, n. 6, 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2ICZjkS>. Acesso em: 8 set. 2019.

CUNHA, M. I. Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. Cadernos de Pedagogia Universitária, n. 6, São Paulo: USP, 2008.

FERRETTI, C. J. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, W. E. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980. p. 55-82.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, G. Por que as inúmeras ideias de inovação na educação não encontram o seu fim prático? Revista Labirinto, ano XVI, v. 24, n. 1, jan./jun. p. 100-117, 2016.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, P. A.; BIANCHETTI, L. (orgs.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 25-49.

GARCIA, W. E. (org.). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980.

HERNANDEZ, F.; SANCHO, J. Aprendendo com as inovações nas escolas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MESSINA, G. Mudança e inovação educacional: notas para reflexão. Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NOGARO, A.; BATTESTIN, C. Sentidos e contornos da inovação na Educação. Revista Holos, ano 32, v. 2, dez./mar. p. 357-372, 2016.

PEREIRA, A. S. Ensino e interdisciplinaridade: o que expressam registros, discursos e práticas. Revista de Educação Pública, v. 22, n. 51, p. 837-854, set./dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2kBnNKT>. Acesso em: 8 set. 2019.

Criar Educação, Criciúma, v. 11, nº2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
PEREIRA, T. Democracia e inovação pedagógica na Educação Básica: uma análise à luz da Teoria Crítica da Sociedade. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: PUC, 2017.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. A filosofia da Educação e o problema da inovação em Educação. In: GARCIA, W. E. (org.). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1980. p. 15-29.

TEIXEIRA, C. Inovar é preciso: concepções de inovação em educação dos programas ProInfo, Enlaces e Educar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, UDESC, 2010.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, n. 39, v. 13, set./dez. 2008. p. 545-554. Disponível em: <http://bit.ly/2k9I3mQ>. Acesso em: 8 set. 2019.

VEIGA, I. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Cadernos CEDES, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2kyxTfH>. Acesso em: 8 set. 2019.

WANDERLEY, E. Parâmetros sociológicos da inovação. In: GARCIA, W. (coord.) Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1980.

Recebido julho de 2022

Aceito setembro 2022.